

Corrente Proletária Na Educação

Escreva para
Nosso E-mail:
por.ceara@bol.com.br
Visite nosso site:
www.pormassas.org

Outubro
2021



Boletim do Partido Operário Revolucionário / POR

Por uma **ASSEMBLEIA GERAL** da categoria para decidir coletivamente sobre as condições do retorno às atividades presenciais e campanha salarial 2022.

O avanço da vacinação em geral e dos professores, em particular, fez com que o governo autorizasse o retorno de 100% das atividades escolares na forma presencial. A categoria, que esteve desmobilizada durante a pandemia, teve que aceitar o retorno mesmo com muitas escolas não tendo ainda as condições adequadas (físicas e pedagógicas) para a volta às aulas. A direção do sindicato Apeoc, acatou a imposição da SEDUC em estabelecer que cada escola deva decidir sobre a data de seu retorno. O que aparentemente é uma orientação democrática, acaba por individualizar a decisão coletiva da categoria.

A direção do sindicato Apeoc, desde o começo tem sido cúmplice das medidas propostas pelo governo; tomar decisão contrária significaria enfrentar a SEDUC. Convocar a categoria a decidir os rumos do retorno é justamente o que essa direção sindical não quer, afinal de contas nada melhor do que a categoria distante das decisões sindicais. O que resta é fazer uma infinidade de 'lives' e reuniões intermináveis das pautas



pendentes e das que vão aparecendo, como a seleção dos professores de contratos temporários, os pedidos de afastamento para estudo, etc.

A CPE tem defendido, desde o ano passado, a convocação de assembleias da categoria para organizar a luta em defesa dos direitos e das condições de ensino. Reiteramos, QUE TODA A CATEGORIA DECIDA COLETIVAMENTE SOBRE O RETORNO, as condições de ensino e trabalho das escolas, dos funcionários e

da comunidade escolar em geral!

É preciso também preparar já uma verdadeira campanha salarial de toda a categoria docente. É muito importante lembrar que nas escolas, os serviços de limpeza e burocrático já tinham retornado desde o começo do ano. O mesmo acontece nas escolas particulares, que apenas pararam no período de Lockdown, o que certamente irá aumentar a disparidade de ensino entre estudantes das escolas públicas e privadas.

Em todo este período, em que as aulas foram suspensas o governo deixou de gastar

milhões com energia, água, mão de obra (demissão trabalhadores de serviços gerais, professores contratados etc.). A evasão chegou a patamares elevados, (o famigerado EAD apenas explicitou o fracasso escolar) o que poderá gerar problemas na lotação de professores. E nem mesmo o miserável auxílio de duas parcelas de R\$ 40 reais e a entrega de alguns tablets e cestas básicas conseguem reverter o abandono escolar, que encontra raízes na necessidade de os estudantes ajudarem em casa já que o desemprego aumentou significativamente.

Por isso, defendemos um plano de retomada das atividades que contemple:

- a) diminuição do número de alunos por turma;
- b) plano de reforma das escolas (reforma dos banheiros, quadras e bibliotecas);
- c) reforma e ventilação das salas;
- d) vacinação geral da população jovem;
- e) condições pedagógicas e de ensino adequada às novas condições, etc.

Abaixo a reforma administrativa de Bolsonaro-Guedes

A reforma administrativa proposta pelo governo federal é mais um ataque ao conjunto do serviço público, que nos últimos anos é alvo de uma ofensiva da burguesia e seus governos.

A PEC 32/2020 altera e retira direitos já consolidados como a estabilidade, pois proposta prevê que o servidor possa perder seu cargo a partir de uma decisão por órgão judicial colegiado, as decisões monocráticas de chefias poderão acentuar as práticas de assédio moral no setor público.

Além disso, a reforma também impactará as negociações coletivas e o movimento sindical porque a terceirização será ampliada além do contrato por tempo determinado, isso enfraquecerá a representação dos trabalhadores, logo, enfraquecimento dos sindicatos.

Diante disso, é necessário unificar os trabalhadores do setor público e privado na luta em defesa do emprego, salários, estabilidade, direitos trabalhistas e contra a reforma administrativa de Bolsonaro/Guedes.

Pela publicação do edital para a seleção de professores de contrato temporário! Nenhum professor sem emprego.

A SEDUC desde o ano passado, quando vencia a validade da última seleção para professores de contrato temporário, ainda não publicou o edital do novo certame. Muitos professores perderam toda ou parcialmente sua carga horária com a mudança do ano letivo e isso tem gerado apreensão de uma parcela significativa da categoria principalmente porque os contratos têm validade até o final de outubro.

Na quarta-feira 13/10 a SEDUC lançou um edital pra seleção simplificada onde a mesma será feita pelo núcleo gestor da unidade escolar. Esse tipo de seleção deixa nas mãos das gestões a possibilidade de favorecimento e exclusão de professores que por ventura não se alinham ao mesmo.

A CPE sempre tem defendido que não haja demissão de professores de contrato temporário, defendemos a estabilidade dos docentes assim como a consigna de trabalho igual, salários e direitos iguais entre efetivos e temporários. Porém essa parcela da categoria tem defendido a nova seleção como mecanismo de defesa das suas condições de vida e por isso exigimos da SEDUC que cumpra a sua promessa de publicação e realização de nova seleção já.

